

22 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República* n.º 77, 2.ª série de 31 de março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: “Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando esmeradamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

14 de março de 2018. — O Comodoro Diretor de Pessoal, *Anibal Soares Ribeiro*.

311205494

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3114/2018

Nos termos conjugados do disposto no artigo n.º 106.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, que aprovou o estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública (PSP), e dos n.ºs 3, 4 e 6 do Despacho n.º 886/2018, de 15 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2018, e por proposta do Diretor Nacional da PSP, nomeio, em comissão de serviço, o ~~Comissário M/152237, Hugo Alexandre Jorge Bueo~~, para desempenhar funções na Divisão de Programação de Infraestruturas e Planeamento da Secretaria-Geral da Administração Interna, por um período de três anos, prorrogável uma única vez, até ao limite de cinco anos.

O presente despacho produz efeitos a partir de 29 de janeiro de 2018.

13 de março de 2018. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

311204798

Despacho n.º 3115/2018

Nos termos conjugados do disposto no n.º 4 do artigo 17.º e ainda dos n.ºs 1 e 2 do artigo 63.º no Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março, que aprovou o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana (EMGNR), e por proposta do Comandante-Geral da GNR, autorizo até ao dia 31 de dezembro de 2018, a manutenção do exercício de funções de assessor do Serviço Municipal e Proteção Civil e Polícia Municipal da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, o Coronel Paulo Jorge Afonso de Carvalho Esteves.

Ao nomeado, é-lhe aplicado por analogia o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento de Uniformes da Guarda Nacional Republicana, aprovado pela Portaria n.º 169/2013, de 2 de maio.

A remuneração do nomeado ficará a cargo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 63.º, ainda do EMGNR.

13 de março de 2018. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

311205234

Despacho n.º 3116/2018

Nos termos conjugados do disposto no artigo 106.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, que aprovou o estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, e nos n.ºs 3, 4 e 6 do Despacho n.º 886/2018, de 15 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2018, e por proposta do Diretor Nacional da PSP, nomeio, em comissão de serviço, o ~~Agente Principal M/139307, Matias Manuel Gameiro Duarte~~, para desempenhar funções na Divisão de Programação de Infraestruturas e Planeamento da Secretaria-Geral da Administração Interna, por um período de três anos, prorrogável uma única vez, até ao limite de cinco anos.

O presente despacho produz efeitos a partir de 22 de janeiro de 2018.

13 de março de 2018. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

311204846

Despacho n.º 3117/2018

Nos termos conjugados do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 63.º no Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março que aprovou o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana (EMGNR), e por proposta do Comandante-Geral da GNR, autorizo a extensão da manutenção do exercício de funções de Assessor do Comandante da Unidade de Polícia

da Polícia Nacional de Timor-Leste ao Tenente-Coronel José Luís dos Santos Alves até 30 de junho de 2018.

Estando reunidos os requisitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º do EMGNR, o militar prestará serviço em comissão normal.

A remuneração do nomeado ficará a cargo da República Democrática de Timor-Leste, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 63.º, ainda do EMGNR.

13 de março de 2018. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

311204708

Louvor n.º 97/2018

Louvo publicamente, por proposta da Exma. Sra. Inspectora-Geral da Administração Interna, os trabalhadores da Inspeção-Geral da Administração Interna envolvidos na preparação e realização da 17.ª Conferência Anual e Assembleia-Geral da *European Partners Against Corruption/European Anticorruption Network* (EPAC/EACN), os inspetores Eurico João Naves Nunes da Silva, Pedro Nuno Carvalho Figueiredo, João Luís da Silva Ferreira, Amadeu Burriga Alves Silvestre, Higinio Manuel Marques Pinto, José João Seixas Carvalhinho Lopes, José Manuel Góis Dias Vilalonga, Rogério Mateus Soares, Rui Manuel Matos dos Vultos, João Manuel da Mota Pedrosa e Jorge Manuel Gaudêncio Costa dos Santos, as técnicas superiores Maria da Conceição Matos Mendes dos Santos, Maria Manuela Nunes Cotrim da Silva Varandas de Sousa, Maria da Conceição Lourenço Afonso dos Santos Horta e Maria da Conceição Caleiro da Costa Prelhaz, os coordenadores técnicos Sónia Maria Martins de Aragão Carvalho Romão e Fernando António Pinto da Silva, a técnica de informática Maria da Graça de Jesus Sampaio de Melo Pereira, as assistentes técnicas Susana Paula Sebastião Rosa e Cesaltina Maria de Oliveira Nunes Castro, os assistentes operacionais José Júlio Coelho Perdigão Barradas, Carlos João Fernandes Roncha, Eduardo Manuel Melo da Silva, Paulo Jorge de Matos e Alexandre Jesus da Cunha Godinho e a secretária da Direção, Maria Antónia Pinto da Cunha Pimenta Barros.

A realização da 17.ª Conferência Anual e Assembleia-Geral da *European Partners Against Corruption/European Anticorruption Network* (EPAC/EACN), que decorreu em Lisboa entre os dias 15 e 17 de novembro de 2017, esteve a cargo da Inspeção-Geral da Administração Interna e contou com a participação de cerca de 80 delegações dos Estados e Organizações internacionais e cerca de 170 conferencistas, além de diversos representantes de entidades públicas nacionais.

A importância da realização deste evento em Portugal permitiu uma reflexão conjunta de todos os atores que intervêm na área da segurança interna em Portugal, entre si, e com os seus homólogos estrangeiros, permitindo a concretização do reforço dos mecanismos de fiscalização e controlo, nomeadamente à luz da Declaração de Lisboa e das Conclusões da 17.ª Conferência Anual.

A realização, com sucesso, da 17.ª Conferência Anual e Assembleia-Geral da *European Partners Against Corruption/European Anticorruption Network* (EPAC/EACN), só foi possível devido ao elevado sentido de dever e lealdade de todos os colaboradores da Inspeção-Geral da Administração Interna, que demonstraram total empenho e profissionalismo nas diferentes tarefas e atividades em que se envolveram, e em cuja prossecução evidenciaram um elevado nível de adaptação, flexibilidade, aptidão técnica e profissionalismo.

Por tudo o que fica exposto, e pelo elevado sentido de dever e lealdade, cumpre-me reconhecer, através deste público louvor, os serviços prestados por todos os trabalhadores da Inspeção-Geral da Administração Interna envolvidos na preparação e realização da 17.ª Conferência Anual e Assembleia-Geral da *European Partners Against Corruption/European Anticorruption Network* (EPAC/EACN).

13 de março de 2018. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

311205729

JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 4106/2018

Torna-se público que a Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ) pretende recrutar 1 (um) técnico de informática, em regime de mobilidade na categoria ou em regime de mobilidade interarreas;